

1 **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE**  
2 **RECURSOS HÍDRICOS - CONERH.**

3 No dia dezanove de maio de dois mil e dezesseis, realizou-se a décima reunião  
4 extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CONERH. O  
5 Secretário Eugênio Spengler abriu a reunião agradecendo a presença de todos  
6 e informando que a mesma tem como pauta: análise e deliberação do  
7 formulário de auto avaliação das metas de 2015 do Programa de Consolidação  
8 do Pacto Nacional pela Gestão das Águas, PROGESTÃO; cujo quadro de  
9 metas foi aprovado pela Resolução CONERH nº 98/2014; apresentação sobre  
10 o Programa Monitora que será realizado pelo técnico do INEMA, Eduardo  
11 Topázio; e, no item "o que ocorrer", a análise do requerimento de urgência dos  
12 Conselheiros da CTIL sobre a solicitação de adiamento do processo eleitoral  
13 dos Comitês PASO e Salitre; ao final haverá os informes. Após informação da  
14 pauta, o Secretário sugeriu inversão de pauta dando início a reunião com a  
15 análise do requerimento de urgência. Por unanimidade, houve a aprovação da  
16 inversão da apreciação de pauta. Em seguida o Secretário esclareceu que o  
17 requerimento de urgência foi solicitado pelos membros da CTIL e enviado para  
18 todos os Conselheiros, fazendo a leitura em seguida. O pedido foi acatado pela  
19 plenária por unanimidade. Após aprovação, o Secretário solicitou a leitura do  
20 parecer da Câmara Técnica em relação a solicitação. Dra. Guertha Almeida,  
21 representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE), fez a leitura do parecer  
22 elaborado pela CTIL após duas reuniões, além de trocas de mensagens  
23 eletrônicas entre os membros. Após diversas ponderações o parecer conclui  
24 por não prorrogar mais uma vez o prazo para renovação. Após leitura do  
25 relatório da CTIL, o Secretário abre espaço para as considerações dos  
26 Conselheiros presentes, reforçando que as intervenções devem ser realizadas  
27 no limite máximo de 03 (três) minutos. Murilo Xavier, da FIEB, iniciou  
28 ressaltando que o edital apesar de ser discutido e sugerido, foi publicado pela  
29 comissão eleitoral em concordância com os aspectos e não teve conhecimento  
30 se houve realmente a assinatura sem algum tipo de coação. Manoel Ailton do  
31 Comitê do Salitre, ressalta que concorda com todo o processo legal e que o  
32 motivo de falta de inscrições foi a falta de informações aos Comitês e que  
33 deveria ter ocorrido uma maior mobilização por parte dos segmentos na

9 TA

34 prorrogação ocorrida em 2015. Evilásio Fraga comentou que após a última  
35 prorrogação dos mandatos dos Comitês até julho de 2016, o Comitê de  
36 Paraguaçu criou a comissão eleitoral e nas reuniões ordinárias e  
37 extraordinárias tratou da mobilização dos segmentos e ressaltou a importância  
38 do acontecimento da eleição, pois o objetivo é fazer gestão de recursos  
39 hídricos. Em seguida Anselmo, presidente do Comitê do PASO, parabeniza o  
40 relatório realizado pela CTIL. Faz um histórico abordando os acontecimentos  
41 que levaram ao pedido de prorrogação do processo eleitoral e ressalta que não  
42 concorda com mobilização através de vídeo conferência. Dra. Luciana Koury,  
43 Promotora do Ministério Público Estadual da Bahia, argumentou que o  
44 processo não começou no prazo devido para se garantir uma mobilização e é  
45 necessário observar algumas peculiaridades de algumas Bacias, onde o  
46 Estado não atua na resolução de alguns conflitos ocorridos na base. Disse,  
47 ainda, que há uma inversão de procedimentos entre o INEMA e os Comitês,  
48 que os mesmos deveriam ter autonomia sobre seu processo eleitoral, do qual o  
49 CONERH deveria ser apenas avisado. Ressaltou que na reunião do Fórum  
50 Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas foi acordada a suspensão do  
51 processo eleitoral e, diante disso, muitas pessoas não se inscreveram. Por fim,  
52 disse que do ponto de vista do cumprimento das regras, os atos são passíveis  
53 de anulação na medida em que há prejuízo para alguns comitês e esses são  
54 autônomos para decidir sobre seu processo eleitoral. Sugeriu, ainda, que se o  
55 Órgão Estadual passa por cima de todas as regras nesse processo, então  
56 todas as ações são passíveis de questionamento judicial. Marivaldo informou  
57 que o relatório feito pela CTIL foi bastante esclarecedor, considerando que há  
58 uma dinâmica dos movimentos sociais que independem da vontade do gestor e  
59 que, a partir da resolução do CONERH de 2015, o INEMA entrou em campo e  
60 respeitou a autonomia dos Comitês. Esclareceu que a videoconferência foi  
61 realizada para dar início ao processo eleitoral de forma democrática, todos os  
62 procedimentos foram discutidos com as próprias comissões eleitorais. Evilásio  
63 Fraga esclareceu que o CONERH tem autonomia para decidir se acata ou não  
64 os pedidos. Em seguida, Mariana Mascarenhas esclareceu a dificuldade  
65 ocorrida na última prorrogação dos mandatos, pois alguns Comitês não  
66 concordaram com a decisão do Conselho. Ressaltou que o processo eleitoral  
67 não estava suspenso, considerando que essa é uma decisão do CONERH e o

9 56

68 Fórum apenas endossou o pedido dos dois comitês que dever ser analisado  
69 pelo Conselho e que havia informado isso na reunião do Fórum. Reforçou que  
70 tudo foi feito conforme determina a Resolução CONERH nº 52/2009. Falou da  
71 importância de que os comitês conheçam as resoluções que interferem  
72 diretamente neles e que proponham às adequações que julgarem necessárias,  
73 mas que isso não foi feito em nenhum momento desde 2009 e que, somente  
74 depois de iniciado o processo eleitoral houve o questionamento à partir da  
75 experiência do processo eleitoral do Comitê do Rio São Francisco. Terminou  
76 dizendo que o CONERH, o INEMA e a SEMA não têm intenção de retirar a  
77 autonomia dos Comitês e que o processo eleitoral não se iniciou em novembro,  
78 o diálogo com os Comitês começou desde a publicação da resolução em 2015.  
79 Dra. Luciana prosseguiu ressaltando sobre a falha de comunicação, pois cada  
80 um entendeu de uma forma a reunião do Fórum que tratou da solicitação de  
81 prorrogação do processo eleitoral, tanto que ela mesma afirmou para algumas  
82 pessoas que o prazo já estava prorrogado quando lhe pediam essa informação.  
83 Em seguida, o Secretário esclareceu que os pedidos de informações devem  
84 ser solicitados no local devido, que nesse caso é a SEMA ou INEMA. Dra.  
85 Guertha historicizou que a idéia, na época da elaboração dessas resoluções,  
86 era trazer normas e regras gerais para todos os Comitês, mas com a  
87 possibilidade de adequação seus regimentos. Disse acreditar que as  
88 prorrogações ocorridas acabaram reduzindo a experiência com a aplicabilidade  
89 das resoluções, tanto do INEMA quanto dos Comitês, incorrendo prejuízo ao  
90 processo. Após término das falas dos inscritos, o Secretário remeteu a votação  
91 o parecer da CTIL, lido pela Dra. Guertha. Dra. Luciana solicita esclarecimento  
92 do parecer antes da votação. Dra. Guertha faz a leitura da conclusão do  
93 parecer e o Secretário encaminha a votação: favoráveis a prorrogação de 120  
94 (cento e vinte) dias – 03 (três); Contrários a prorrogação – 12 (doze);  
95 Abstenções – 03 (três) Em seguida foram solicitados dois pedidos de  
96 declaração de voto por Ivan e Murilo. Ivan reforçou seu voto em apoio a  
97 autonomia dos Comitês na tomada de decisões e esclarece que concorda com  
98 a avaliação do secretário em que não se pode pautar as decisões e as ações  
99 do Comitê através de eleição. Murilo ressaltou a necessidade de disponibilizar  
100 o direito ao contraditório em cada câmara de julgamento, pois percebeu que  
101 houveram manifestações que não foram pontuadas na Câmara Técnica e que

9

PA

102 poderiam ter ajudado na conclusão do parecer. O Secretário reforçou que  
103 todas as câmaras têm autonomia de chamar toda e qualquer pessoa para  
104 participar de reuniões se entenderem necessário e isso está bem claro no  
105 Regimento Interno do Conselho. Dra. Luciana ressaltou que é importante que  
106 todas as câmaras realizem este procedimento na prática, pois muitos  
107 conselheiros tiveram acesso a informação com base nas contribuições no  
108 momento da reunião, não haviam obtidos no processo, pois os documentos  
109 avaliados na CTIL foram de acordo com as notas do próprio INEMA. Solicitou a  
110 cópia da gravação de áudio da reunião do Fórum e a ata do CONERH quando  
111 estiver pronta. O Secretário informa que será enviado e que qualquer  
112 conselheiro e cidadão pode realizar essa solicitação que será atendida. Em  
113 seguida, José Costa do Setor de Usuários, solicitou a manifestação de voto e  
114 justificou que se absteve ao voto, pois, ao ouvir ambos os lados, ficou com  
115 insegurança para votar. Conselheira não identificada justificou o voto favorável,  
116 após perceber que não haveria prejuízo na prorrogação. Manoel Ailton  
117 justificou o voto de abstenção por não ver com clareza se seria favorável a  
118 nenhuma das situações. Poentes, representante das universidades, justificou  
119 seu voto favorável em cumprimento do princípio da autonomia e democracia.  
120 Em sequência, o Secretário perguntou se havia mais alguma declaração de  
121 voto, não havendo, deu seguimento a pauta passando ao próximo ponto que foi  
122 a análise e deliberação do formulário de auto avaliação do PROGESTÃO de  
123 2015, cujo quadro de metas foi aprovado pela Resolução CONERH nº de  
124 98/2014. Mariana deu seguimento informando que, na última reunião, houve a  
125 apresentação do programa e que o arquivo foi enviado para todos os  
126 conselheiros naquela ocasião. Lembrou que durante a reunião, alguns  
127 conselheiros questionaram a aprovação por não terem acompanhado o  
128 processo de adesão e aprovação do PROGESTÃO e, diante disso, o  
129 conselheiro Almacks pediu vista para uma análise mais cuidadosa. Foi  
130 solicitado também que a secretaria executiva enviasse uma nota técnica  
131 contextualizando o programa e todos os documentos que deveriam embasar a  
132 análise dos conselheiros. A nota técnica nº 02 da Secex explica exatamente  
133 como tudo aconteceu dentro do CONERH e como deveria ser avaliado. O  
134 conselheiro Almacks enviou sua análise, no dia 09.05.16, via correio eletrônico  
135 à Secex. Em seguida, Mariana fez a leitura do parecer encaminhado pelo



136 conselheiro Almacks. O Secretário ressaltou que o entendimento do  
137 conselheiro Almacks era favorável à aprovação, acrescentando a seguinte  
138 expressão: "analisado e auto avaliado com os conselheiros do biênio  
139 2014/2015". Em sequência, o Secretário questionou se havia observações  
140 sobre o parecer. Jorge Farias, representante da sociedade civil, comentou que  
141 o conselheiro Almacks pediu vista para que fossem feitas contribuições e o  
142 mesmo não foi feito e só houve perda de tempo. O Secretário reforçou que  
143 todos os conselheiros têm direito ao pedido de vista no momento adequado.  
144 Poentes, reforçou que não acompanhou o processo, porém ressaltou que o  
145 entendimento que obteve na reunião anterior sobre o PROGESTÃO não foi o  
146 mesmo do conselheiro Almacks. Em seguida, o Secretário colocou em votação:  
147 formulário com a alteração sugerida pelo conselheiro Almacks – Nenhum voto;  
148 formulário sem a sugestão do conselheiro Almacks – 16 (dezesesseis) votos; e  
149 abstenções – nenhum voto. Após conclusão da votação, o Secretário  
150 prosseguiu com o próximo ponto da pauta, apresentação sobre o Programa  
151 Monitora, justificou sua saída da reunião e deixou Mariana na coordenação da  
152 mesma. Mariana lembrou que, durante reunião anterior, foi solicitada a  
153 apresentação do programa Monitora, coordenado pelo INEMA e o técnico  
154 especialista em meio ambiente, Eduardo Farias Topázio que é o coordenador  
155 faria uma breve apresentação para conhecimento das ações e programas que  
156 estão atuando no Estado. Em sequência, Topázio falou que o Programa  
157 Monitora é essencial para o Poder Público acompanhar as condições  
158 ambientais, subsidiar medidas de planejamento, controle, recuperação,  
159 preservação do ambiente, assistir resultados de planos, programas, projetos,  
160 além de auxiliar na definição de políticas ambientais. Abordou os objetivos, as  
161 principais características ilustradas do mesmo e os resultados com base no  
162 ano de 2015. Após conclusão da apresentação, um conselheiro não  
163 identificado questionou se o conteúdo apresentado estará disponível a todos,  
164 ressaltando problemas enfrentados numa determinada região, na qual solicita  
165 que haja também o monitoramento. Topázio ressaltou que o monitoramento  
166 ocorre em todo o Estado e que não há região restrita, porém há limitações.. Em  
167 seguida, Poentes abordou a importância de vinculação das universidades com  
168 os programas, considerando que o monitoramento é de grande relevância para  
169 a gestão de recursos hídricos e deve ser priorizado. José questionou como

9

15


170 está o monitoramento em Ipitanga 3, comentou que que a Barragem de  
171 Ipitanga 2 que recebe água da 3 e joga na 1, o nível de água está baixando  
172 visualmente a cada dia, observando na Região Metropolitana a quantidade de  
173 lava jatos clandestinos com água correndo. Diante dos problemas de falta de  
174 água sofridos por outros estados, reforçou a importância de economia de água.  
175 Topázio informou que os reservatórios têm tido problemas nos últimos anos por  
176 causa do crescimento desordenado nos entornos. O trabalho é para integrar as  
177 redes e a cidade não controla a ampliação do solo urbano, gerando uma série  
178 de problemas, deve-se haver políticas urbanas. Conselheiro não identificado  
179 ressaltou a importância do monitoramento e questionou como será a parceria  
180 da agência contratada pelo INEMA no plano de Bacia de Itapicuru e as  
181 questões da eficiência dos equipamentos do plano de Bacia. Topázio informou  
182 que será apresentado aos conselheiros um projeto dos planos de bacias  
183 anteriores, os planos de bacias bebem da fonte do projeto de monitoramento.  
184 Maria Lúcia questionou onde está sendo realizado o monitoramento na Bacia  
185 do Leste. Topázio informou que nos rios de Cachoeira há vários pontos de  
186 monitoramentos, ressaltou que a Bahia tem uma área de meteorologia muito  
187 pobre. Conselheira não identificada questionou se há algum encontro de  
188 monitoramento no extremo Sul. Topázio informou que existe redes  
189 pluviométricas no Sudoeste também. Mariana agradeceu a contribuição de  
190 Topázio e registrou que dúvidas ou contribuições podem ser repassadas a  
191 SECEX do Conselho. Reforçou que todas as apresentações feitas são  
192 encaminhadas na sequência para os conselheiros. Passou para o que ocorrer.  
193 Evilásio Fraga lembrou que a Câmara Técnica Institucional Legal já foi  
194 ativada com coordenação, mas é necessário convocar a primeira reunião.  
195 Mariana solicitou sugestões para pauta de reuniões das Câmaras Técnicas.  
196 Maria Lúcia ressaltou que a água é um poder feminino e faz-se necessária a  
197 participação das mulheres, tanto nos Comitês de Bacias, quanto no Fórum e  
198 sugere que os pequenos usuários fossem mantidos e auxiliados no  
199 deslocamento aos encontros. Mariana ressaltou que a contribuição para  
200 trabalhar a questão de gênero está registrada. Sobre o custeio para os  
201 pequenos usuários ainda não foi encontrado meio legal que possibilite esse  
202 custeio, mas que a Secretária tem tentado achar esse caminho consultando a  
203 PGE. Olímpio colocou em questão o debate da primeira reunião e ressaltou

q m

204 que o Conselho deveria realizar um calendário rígido das eleições dos Comitês  
205 de Bacia com datas definidas de eleições, que não houvesse mudança integral  
206 nas eleições. Poentes solicitou retomar o grupo de trabalho no ano de 2015.  
207 Ailton questionou sobre o processo do Plano de Bacia de Itapicuru, no qual foi  
208 escolhido as Câmaras Técnicas instaladas em 2014, no entanto no momento  
209 da instalação não houve a presença dos representantes e na composição das  
210 Câmaras não houve nenhum dos membros da instituição, na qual o mesmo é  
211 membro. Disse que foi solicitado a revisão, porém a instituição ainda está de  
212 fora. Mariana informa que é necessário saber o que de fato ocorreu para  
213 realizar um registro, informar o fato a diretoria, para que se tenha um  
214 direcionamento. O CONERH só irá se manifestar, se não houver um acordo  
215 dentro do Comitê. Ailton solicitou providências, para que a situação não ocorra  
216 novamente, pois acabá se tornando um racismo institucional, deve haver  
217 respeito e participação de todos, especialmente das comunidades que  
218 convivem nas áreas de Bacia. Mariana retomou que o caso em questão é  
219 matéria da secretaria executiva dos Comitês ou mesmo da plenária desses  
220 Comitês, sugere colocar sobre o conhecimento da CODIS e, caso não seja  
221 alinhada a situação, o Comitê deve encaminhar ao CONERH para executar as  
222 medidas necessárias. Francisco Ivan abordou a questão da representatividade  
223 dos pequenos usuários e a representação da sociedade civil que não tem  
224 condições para participarem do ENCOB que deveria ser somente um por  
225 Comitê. Mariana comentou sobre a difícil tarefa de trazer todos representantes  
226 da Sociedade Civil dos Comitês para o ENCOB e reforçou que reuniões estão  
227 sendo realizadas para se chegar a uma decisão de como fazer,  
228 administrativamente e financeiramente, para que todos os membros da  
229 Sociedade Civil dos comitês possam participar. Com relação ao pequeno  
230 usuário, o CONERH deve padronizar e tornar claro alguns termos que são  
231 usados, se há uma resolução do CONERH definindo o que é esse pequeno  
232 usuário, pode ajudar a elaborar um pleito para que o executivo possa custear  
233 os membros que de fato não tenham condições. Em seguida, Mariana  
234 perguntou se havia mais alguma consideração por parte da plenária, não  
235 havendo, considerou encerrada a décima reunião extraordinária do CONERH,  
236 agradecendo a presença de todos os participantes. Salvador, 19 de maio de  
237 2016.

4

61

- 238 **Presidente:** Eugênio Spengler 
- 239 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas *M. Mascarenhas*
- 240
- 241 **Conselheiros Presentes:**
- 242 José George dos Santos Silva - Inema
- 243 Fernando Luiz Campos Pereira- Seagri
- 244 José Olímpio Rabelo de Moraes - SIHS
- 245 Paula Cistina de Souza Ribeiro - Sesab
- 246 Sérgio Tomich Silva - Sedur
- 247 Gertha Mércia Rios Pinheiro de Almeida - PGE
- 248 Evilásio da Silva Fraga - FAEB
- 249 Leila Márcia Souza Oliveira - Abaf
- 250 Tiago Hiroshi de Oliveira - Embasa
- 251 Adriano José Perrone de Oliveira - DAC
- 252 Cláudio Murilo M. Xavier - FIEB
- 253 Adalberto Rabelo Sanches - BSC
- 254 José Silva Costa - Aratu Mineração
- 255 José Luiz Sanches Gonçalves Júnior - Bahia Pesca S.A
- 256 Maria Lúcia Góes Brito - Assancri
- 257 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho - Acomqst
- 258 Onimarcia Jesus do Nascimento - Associenge
- 259 Jorge Luiz Farias Silva - Abenfac
- 260 **Convidados:**
- 261 Eduardo Farias Topazio - Inema
- 262
- 263